Despacho de encaminhamento da CBEX ao Scbex/Adgecex

Processo nº 033.582/2018-1

DESPACHO

Autuado este processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor/entidade executora, e promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares (CADIRREG), de que trata o artigo 1º da Resolução TCU nº 241/2011, encaminhem-se os autos ao Serviço de Cobrança Executiva/Adgecex para direcionamento ao Ministério Público junto ao Tribunal, para os fins previstos no artigo 81, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

ACÓRDÃO	DATA DE TRÂNSITO EM JULGADO	RESPONSÁVEL
Acórdão nº 3311/2010-TCU-Plenário, Sessão de 08/12/2010	24/01/2014	Hieron Barroso Maia
	24/01/2014	Eliseu José Lopes Barroso
	24/01/2014	Raimundo Gomes da Rocha Neto
	10/07/2015	Moacir Rocha de Sousa
	10/07/2015	Indecon - Indústria e Estruturas de Concreto Ltda.,
Acórdão nº 2489/2013-TCU-Plenário, Sessão de 11/09/2013		
Acórdão nº 1355/2016-TCU-Plenário, Sessão de 25/05/2016		

Observar nos autos que há decisão judicial suspendendo os efeitos do Acórdão condenatório em relação ao responsável Eliseu Barroso de Carvalho Moura, (consequentemente seu processo de cobrança executiva de multa não foi autuado), nos seguintes termos: trata-se de decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento 0070950.10.2016.4.01000, proposto por Eliseu Barroso de Carvalho Moura, em que o Desembargador Federal Néviton Guedes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de tutela de urgência, “para suspender, por ora, os acórdãos resultantes do desmembramento do TC 008.148/1999-6, referentes ao agravante, até julgamento final do presente recurso ou até decisão de mérito no feito principal”.

SecexTCE, 28 de novembro de 2018.

Assinado eletronicamente
WALDIR BRAGA LEITE
Matrícula 2446-5